

Segunda etapa do Plano Econômico

- 3 NOV 1986

Antônio Dias Leite

MODIFICAÇÕES profundas da estrutura econômica nacional provocam crises de acomodação muitas vezes de difícil previsão. Lançado um programa econômico com medidas mais ou menos radicais, é forçoso prosseguir com os reajustes que se tornem necessários em função das reações do corpo social.

Repartir a renda é questão crucial para a grandeza ou a mediocridade do Brasil futuro. A ela se alia, de um lado, o requisito de acréscimo continuado do poder aquisitivo das classes trabalhadoras, capaz de sustentar a demanda que, por sua vez, gera a necessidade de novos investimentos que promovem o desenvolvimento econômico. De outro, o imperativo de ascensão social da grande massa da população que ficou à margem do enriquecimento global até aqui alcançado pelo nosso país. Desse Brasil que passou, quase que para surpresa da maioria dos brasileiros, a figurar entre as dez maiores economias do mundo, ao mesmo tempo em que apresenta, quanto à desigualdade da distribuição de renda, um dos quadros mais lastimáveis de todo o mundo ocidental.

Demos um passo certo e significativo no sentido do deslocamento necessário, com o aumento do poder aquisitivo das classes trabalhadoras de menor renda, através do conjunto de medidas do Plano Econômico lançado a 28 de fevereiro de 86. Mas é preciso ter em mente que essa transferência a favor das classes de menor renda deu-se principalmente com o sacrifício indiscriminado, e aparentemente aleatório, do lucro de muitas empresas colhidas em posição desfavorável de preços relativos no dia do congelamento.

Por esse e outros motivos, torna-se indispensável que a primeira etapa do plano, que omitiu várias medidas complementares, notadamente o reequilíbrio de preços relativos, seja agora completada, levando já em conta as reações da sociedade, evitando-se também que ocorra uma destruição de predicados preciosos, da estrutura econômica do país, indispensáveis à sustentação do processo de desenvolvimento continuado. Para que isso fique claro, embora possa parecer elementar e desnecessário, cabe lembrar que o processo depende de decisões e atitudes essencialmente políticas:

I — da disposição de manter um continuado, tão regular

JORNAL DO BRASIL

quanto possível, e forte, ritmo de crescimento econômico, de modo que o "bolo" total a ser dividido seja cada vez maior e sempre maior. É chato repetir isso, mas é isso mesmo;

II — da recuperação de elevado nível de poupança e de sua aplicação em investimentos produtivos — já alcançados com continuidade pelo nosso país em um passado não muito distante —, de modo que se criem novas atividades capazes de assegurar, após o impulso inicial, e a médio prazo, a continuidade do pleno emprego e do crescimento econômico que se deseja. A redução, provocada pelo Governo, dos lucros das empresas — intencional ou por erro — tem sentido contrário ao do aumento da poupança e dos investimentos;

III — da eliminação do desperdício e da redução da ineficiência na administração pública, evitando-se que parte do valor produzido se esvaia, sem benefícios para quaisquer categorias de pessoas. A timidez do Governo quanto à sua própria reforma e ao realismo dos preços hoje subsidiados põe em risco o combate à inflação e o processo de desenvolvimento e retira a sua autoridade moral;

IV — do reconhecimento e da aceitação, por parte, das pessoas mais ricas, de que o processo de atualização do Brasil requer a redução de sua participação relativa na repartição da renda, nos moldes do que ocorreu nas grandes nações ocidentais e à medida que o produto nacional cresce. Em contrapartida, da compreensão, por parte de alguns sindicatos, de que a tentativa imprudente da conquista de acréscimos salariais, incompatíveis com o mais extremado reajuste da estrutura econômica admissível, pode frustrar a continuidade do processo de sua ascensão social.

Aproxima-se agora, com as eleições, e com rapidez, a data em que as decisões complementares e corretivas, já economicamente urgentes, tornam-se politicamente viáveis. Cabe, na oportunidade, dar novos passos não imediatistas e, ao contrário, decisivos e potencialmente estáveis para a definição dos horizontes de médio e longo prazo do país. Essa ação deverá compreender medidas que possam assegurar a preservação do terreno conquistado pelas classes trabalhadoras de menor renda, e o reestabelecimento da lucratividade das empresas eficientes, privadas e públicas, fator fundamental e insubstituível do processo de expansão da oferta de bens e serviços e de criação de empregos.